

UNESPAR/FAP - Curitiba/PR

ISSN 2317-8930

**IMAGEM E ALTERIDADE:
UM DOCUMENTÁRIO DA SEXUALIDADE E INFÂNCIA PSIQUIATRIZADA**

BREMEM, Jéssica Lorena¹
SILVA, Amanda da²
NOGUEIRA, Juslaine Abreu³

RESUMO: Este trabalho trata da reflexão do processo de criação de um documentário enquanto um discurso de alteridade, documentário este que busca refletir a experiência de crianças sobre cujos corpos, a partir de sua escolarização, têm incidido classificações psiquiátricas e, inclusive, intervenções neurofarmacológicas. Este documentário quer trazer à tona, sobretudo, a história e a memória de corpos que, na escola, desestabilizam o sistema corpo-sexo-gênero heteronormativo e, assim, tornam-se alvo dos dispositivos de psiquiatria contemporâneos e de capturas (a)normalizadoras que pactuam redes de saber-poder pedagógicas, psi-biomédicas e jurídicas. Movendo-se pela pergunta sobre de que modo o dispositivo pedagógico psiquiatrizante, ao encontrar-se com o dispositivo da sexualidade, reassenta o regime epistemológico da normalidade na escola e funciona como uma estratégia a serviço das tecnologias de governo da infância na racionalidade biopolítica neoliberal, este trabalho também intenciona realizar uma análise que quer tentar mostrar como a psiquiatria dos corpos escolarizados engendra um tipo de regulação das condutas infantis que possibilita melhor abarcar a população das crianças numa política identitária de sujeito de direito.

PALAVAS-CHAVE: documentário, alteridade, poder psiquiátrico.

Notas sobre trançamentos

Na cantina da universidade elas se encontram. A Estudante de Cinema, a Estudante de Dança, bem como a Professora que advém dos Estudos do Discurso (Letras), já há algum tempo aventurando-se na Educação pós-estruturalista e, agora, ensaiando-se (porque já não pode mais prescrever, senão ensaiar-se) no ensino da Pesquisa numa Faculdade de Artes. Falavam, ainda que desconfiadas, sobre seus

¹ Estudante concluinte do curso de Cinema e Vídeo da Universidade Estadual do Paraná, *campus* Faculdade de Artes do Paraná/Curitiba II – Unespar/FAP; jessie.lorenaa@gmail.com

² Estudante concluinte do Bacharelado e Licenciatura em Dança da Universidade Estadual do Paraná, *campus* Faculdade de Artes do Paraná/Curitiba II – Unespar/FAP; amanda.bsv@hotmail.com

³ Professora da Universidade Estadual do Paraná, *campus* Faculdade de Artes do Paraná/Curitiba II – Unespar/FAP; Doutoranda em Educação pela UFPR e Mestre em Letras pela UEM; letrasjus@yahoo.com.br

UNESPAR/FAP - Curitiba/PR

ISSN 2317-8930

territórios tão demarcados e maiúsculos: do Cinema, da Dança, da Linguagem e da Educação. Ao dizerem, foram ficando minúsculas diante da vida que escorria - mas que também era estancada - dos documentos de pesquisa sobre uma criança que fora psiquiatrizada e neurofarmacologizada em seu processo de escolarização, arquivos estes que a professora e a estudante de dança haviam se deparado numa investigação conjunta. A estudante de cinema, que gostava mais de filme contagiado de vida, achou que ali, naquela história contada – e também escondida - havia devir. As três desterritorializaram-se.

É nesta bifurcação e encontro na encruzilhada que nasceu a proposta de criação de um documentário com (e não um documentário sobre) a/o jovem Diadorim, pois somente o que bifurca, borra territórios tão demarcados e hibridiza contatos, sem temer as contaminações (inclusive arriscando-se a solapar a eugenia das Áreas dos Conhecimentos e das Linguagens, bem como a pretensa isenção daqueles que seguram as câmeras e gravadores ou propõem-se a mexer nas vidas que gritam nos arquivos), pode nos conduzir a um cinema-experimentação que, via potência explodida no Documentário, escancare um espaço-tempo mais distanciado dos imperativos de espetacularização e, portanto, mais aberto ao devir (COMOLLI, 2008).

É com este espírito que acreditamos numa produção fílmica que, no encontro com a alteridade, assuma que expõe-se ao olhar, mediado pelas lentes, não somente quem é filmado, mas também quem filma. Em suma, aqui está a assunção de fazer um cinema que nos tire do uno e nos possibilite a multiplicidade, que nos encoraje a desenhar linhas e não a colocar pontos e que nos conduza justo a ideias e sonhos compartilhados, renunciando às ideias justas ou pré-determinadas, tal como nos sugerem dois inquietantes senhores em Mil Platôs (DELUZE e GUATTARI, 1995). Trata-se, aqui, perseguindo a proposição de Jean Louis Comolli, de colocar-se na deriva da criação cinematográfica como devir: aberto à radical - e, portanto, incontrolável - escuta da alteridade, pensando o cinema também como esse encontro de quem filma e de quem é filmado, isto é, o cinema como esse encontro entre sujeitos que, via

UNESPAR/FAP - Curitiba/PR

ISSN 2317-8930

experiência fílmica, podem problematizar, desnaturalizar, ressignificar questões das próprias subjetividades (entendendo, com isso, que o pessoal é político) para além da familiarizada linguagem espetacular que caracteriza a sociedade midiática de nossa época. Será, então, este encontro - e não os anseios colonizadores do Outro - o que estará, perigosamente, em cena.

O encontro com Diadorim: psiquiatrização e dispositivo da sexualidade na escola

[...] mas Diadorim é minha neblina...

(GUIMARÃES ROSA, 1982, p.22)

Como anunciamos, havia um movimento de investigação nos prontuários/documentos que inicialmente duas de nós estávamos escavando em um Centro de Atendimento Especializado em Transtorno Global do Desenvolvimento – CAEE-TGD, localizado numa cidade da região metropolitana de Curitiba/PR. A incursão nestes arquivos, em virtude de um projeto de pesquisa intitulado “Penetrações Biopolíticas no Corpo: sexualidade e psiquiatrização na escola”⁴, mostraram-nos aquilo que Foucault já nos alertou no primeiro volume de sua *História da Sexualidade*: toda a rede discursiva da instituição escolar, desde seus investimentos e regulações disciplinares, “fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças” (2001, p.30).

A pergunta, naquele projeto, era, então: como o sexo das crianças, tão amplamente em discurso desde o século XVIII, vem entretecendo-se e afinando-se, em nossa época, com toda a maquinaria da psiquiatrização dos corpos escolarizados? Parecia haver nisto muita simbiose. Escancarar era o desafio.

⁴ Projeto cadastrado nas atividades do Grupo de Pesquisa da Unespar/FAP (CNPq) Arte, Educação e Formação Continuada, cujas discussões tensionam as relações entre arte, sujeito e modos de subjetivação. O projeto mencionado desdobrava-se da pesquisa de doutoramento da Professora Juslaine Abreu Nogueira no programa de pós-graduação em Educação na Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR), sob o título “Discursos de Psiquiatrização na Educação e o governo dos infames da escola: entre cifras de resiliência e acordes de resistência”, na qual está a problematização da narrativa contemporânea da infância inscrita, descrita e produzida em patologias psiquiátricas.

UNESPAR/FAP - Curitiba/PR

ISSN 2317-8930

De tantos dossiês dessas crianças infames da escola (somente nos arquivos dos centros de avaliação e tratamento desta cidade da região metropolitana de Curitiba, onde realizamos nossa pesquisa, são, desde 1997, mais de cinco mil prontuários), há o encontro com Diadorim. Assim vamos chamar a menina-menino, este corpo indigesto, que congrega a história de muitas crianças. Nossa Diadorim poderia passar sem que nunca a conhecêssemos, mas ganha alguma faísca de clarão entre nós, agora, porque “Diadorim pertencia à sina diferente”, porque seu corpo confrontou-se com os exercícios de poder e com os modos de governo de nossa época. Como a Diadorim de Guimarães Rosa, há também muito mais silêncio em nossa Diadorim. Não há sua voz. Todavia, muito se fala dela, do seu corpo, de sua insuportabilidade. A partir do momento em que habitou a escola, nossa Diadorim movimenta-se no seu silenciamento e na verborragia de tantos saberes que veredictam sobre seu corpo: o da pedagogia, o da psicologia, o da medicina, o das formas jurídicas.

Diadorim nasceu em 28 de novembro de 1997. Encontramos-a, pela primeira vez, em 2004. É na escola, na sua alfabetização, que seu corpo começa a ser patologizado. É a escola quem a encaminha para ser avaliada, diagnosticada, laudada, neurofarmalogizada e judicializada. Nos documentos que compõem o prontuário de Diadorim, salta o incômodo com suas condutas, a princípio discursivizadas em torno de seu comportamento jagunceiro, violento, indócil. Nem a escola, nem todas as avaliações conseguem lhe atribuir convincentemente problemas de aprendizagem. Diadorim é “inteligente e esperta”. Os arquivos, a partir de seus nove anos, começam, timidamente, mas de modo reiterante, a assinalar o que até então estivera impronunciável: sua identidade de gênero é descabida. E isto sinalizaria “questões com a sexualidade”, ou melhor, com a heteronormatividade. Parfraseando um dos enunciados que consta em um dos primeiros relatórios escolares e apropriando-se do lapso de digitação cometido pela escola (“abjeto” aos invés de “objeto”), Diadorim ameaça jogar seu corpo abjeto nos outros. A suspeita: aqui – em sua ameaça à heteronorma – é que reside a psiquiatrização de Diadorim. Seguem os enunciados de alguns documentos de seu

UNESPAR/FAP - Curitiba/PR

ISSN 2317-8930

prontuário (os negritos são nossos):

Agosto de 2004 – 6 anos

Diadorim, no início do ano, se encontrava com outra professora da 1.^a série. Nesta ocasião apresentava muitos problemas em sala de aula, onde **a professora não dava conta de seu comportamento**. Houve momentos em que fora da sala de aula se ouvia (pela pedagoga e pela diretora) a aluna gritando e fingindo um choro bem alto, deixando todos agitados. Tinha dias que não entrava em sala. A professora ia conversar com ela, esta dizia que não ia e se a professora insistisse, esta mordida e batia na mesma. Depois de muitas queixas por parte da professora (que estava grávida), a aluna foi remanejada de turma, indo para a professora R. que conseguiu conter o comportamento da menina. Mas, fora do alcance dos olhos da Professora R., ela sempre causa transtornos. R. nos conta que Diadorim é muito agressiva. Ao mesmo tempo em que está trabalhando, se irrita e começa agredir a todos, correndo, gritando e estragando o material das outras crianças. Cospe, joga-se no chão, maltrata os outros, morde. A professora a tira da sala para conversar, mas sem agredi-la, porque se a pessoa for agressiva com a menina, esta piora o seu comportamento.[...] Ameaça jogar **abjetos (sic!)** nos outros, quando está irritada. [...]

Julho de 2005 – 7 anos

RELATÓRIO SEMESTRAL ESCOLAR

É uma criança “super esperta inteligente” mas usa tudo isso de forma desorganizada através da agitação, provocação verbal e corporal; palavrões, brigas constantes; gritos; manhas; invade o espaço dos colegas, inclusive o das professoras. [...] Todos os dias há reclamação de comportamento desafiador e agressivo que Diadorim apresenta na escola. Foram realizados vários registros dos fatos ocorridos, como por exemplo quando “quebrou o vidro do corredor, mordeu fortemente um colega, bateu em alguém jogou materiais escolares pela sala, saiu correndo e gritando pela escola; respondeu a professora, etc.” (sic) [...] **Passou a tomar medicação CARBAMAZEPINA desde o início do ano, acalmando-se um pouco mas como o comportamento permaneceu instável e as reclamações continuaram, a Psiquiatra prescreveu mais uma medicação: RISPERIDONA.** [...]

Novembro de 2006 – 8 anos

RELATÓRIO DA ESCOLA 2º SEMESTRE

[...] Em sala de aula, amedrontou os colegas, professoras e diretora: rasgou prova, estragou materiais dos colegas, cuspiu, fez choradeira, xingou, bateu, brigou... por último ameaçou os colegas e a professora

UNESPAR/FAP - Curitiba/PR

ISSN 2317-8930

com tesoura nas mãos. **O Conselho Tutelar foi acionado. [...] A Psiquiatra mudou o medicamento de Diadorim há dois meses [...]**

2º Semestre de 2007 – 9 anos

[...] de repente passou a faltar na escola (Ensino Regular) e ficar mais agressiva. Foi conversado com a mãe para conferir a medicação mas esta disse que Diadorim toma sozinha. **A mãe a deixou cortar o cabelo bem curto (parecendo um menino).** [...] É uma criança que está em risco social total e precisa da ajuda do Conselho Tutelar e /ou da Promotoria. Apesar de tantas confusões foi aprovada para a 3ª série por apresentar condições de aprendizagem.

2008 – 10 anos

RELATÓRIO ESCOLAR

A aluna Diadorim está no atendimento da SRCT desde o ano de 2004 e muitas questões sociais continuam pendentes devido à falta de estrutura familiar adequada às suas reais necessidades.[...] **Suas roupas e o corte de cabelo são todos masculinos [...]**

2009 – 11 anos

[...] Nas últimas semanas a aluna tem se mostrado bastante agressiva na sala do ensino regular. [...] Tem boa percepção visual, raciocínio lógico e compreensão. Demonstra preocupação com seu futuro e a família, tem sonhos e esperanças como todo mundo. **Conversa sobre diversos assuntos, porém não gosta de ser questionada sobre sua sexualidade. Ela ainda precisa ser bastante trabalhada na questão de gênero, a qual está aguardando atendimento com a psicóloga do postinho de saúde do Boqueirão.**

2010 – 12 anos

Diadorim está matriculada na 5ª série do ensino regular. [...] está com seu comportamento estabilizado, não tem demonstrado agressão com colegas e professores, os conflitos dos quais se envolve estão no padrão de normalidade de outro adolescente. **Apresenta comportamento relacionado a gênero, no vestir, nas brincadeiras. Realiza todas as atividades propostas e não apresenta dificuldades de aprendizagem. [...] Faz uso de medicação. (Risperidona 0,5 a noite, Carbamazepina xarope 10 ml a noite)**

2011 – 13 anos

Observando o desenvolvimento da aluna Diadorim, foi constatado que neste semestre iniciou aparentemente bem quanto ao seu comportamento, não se envolvendo em intrigas e discussões. **É uma menina** que aceita sugestões da professora e dos colegas e não

UNESPAR/FAP - Curitiba/PR

ISSN 2317-8930

apresenta dificuldades acadêmicas acentuadas.[...] **Seu modo de vestir-se continua a ser com roupas masculinas. [...]**

A existência de Diadorim localiza-se em um espaço ambíguo, de transitoriedade entre fronteiras. Ao operar uma desconstrução no sistema sexo-gênero-desejo, desestabiliza a escola e perturba a nova ordem das coisas. Questionando a norma cisgênera e heterossexista, Diadorim – que, repetimos, carrega a história de tantas outras crianças – torna-se um corpo que não importa, nas palavras de Judith Butler (2001), um corpo abjeto. Como sua experiência coloca em xeque o sistema normativo, ela não tem lugar em instituições como a escola que, apesar das muitas transformações sofridas, preserva as normas de um sistema que reconhece exclusivamente as subjetividades originadas em seu interior. A história de Diadorim e as ocorrências de seus comportamentos excêntricos escancaram a necessidade de uma verdade psi e médica que estabeleça e reafirme a definição viável dos sujeitos, mostrando uma insistência da instituição escolar em trazê-la à normalidade.

Neste escopo, por meio de avaliações oriundas dos mais diversos saberes, Diadorim foi incitada a confessar seu sexo⁵. É desta confissão, a qual parece que Diadorim fez insistente recusa, que a verdade do seu Ser poderia ser extraída. Entretanto, ainda que Diadorim negue-se a falar sobre sua pretensa verdade sexual, diante dos questionamentos⁶ de sua sexualidade pela escola, os inúmeros exercícios do poder do exame sobre seu corpo, a partir de uma série de saberes, sentenciavam o que

⁵ Foucault (2001) nos mostra que, no caminho de disciplinar e normalizar corpos e populações, a confissão – prática do cristianismo que foi laicizada na modernidade – se constituiu como uma estratégia de mapeamento e hierarquização das práticas sexuais. Em um processo de observação, escuta e estímulo, o consultório médico tornou-se o espaço de confissão de si e de descrição das práticas corporais e sexuais.

⁶ Ver, por exemplo, o fragmento do relatório escolar de 2011, citado neste artigo, quando Diadorim tinha 11 anos, no qual a enunciação deixa pressuposto que a escola fazia inquisições à/ao jovem para que falasse sobre sua sexualidade, o que deixa-nos como efeitos de sentido que esta sexualidade era questionada e somente poderia ser questionada dentro de um regime político dos corpos que toma a hererossexualidade como Norma.

UNESPAR/FAP - Curitiba/PR

ISSN 2317-8930

supostamente este confessaria através mesmo de seu modo de vestir-se, cortar o cabelo e (des)comportar-se. Estava dado seu desvio da Norma.

Nesta reflexão, a questão que se coloca a nós no processo de construção do Documentário com Diadorim é como fugir das armadilhas de fazer da própria experiência fílmica um jogo em que o Outro está diante da câmara para fazer revelar uma confissão de si, ainda que esta confissão venha atenuada, agora, em tempos de polícia do politicamente correto, não mais colocando a homossexualidade ou mesmo a transexualidade como aberração, mas nas ressonâncias dos Discursos⁷ da Inclusão e da Diversidade.

Dizendo por outro modo, em nós habita uma constante inquietação em não realizar uma mera reprodução desta ordem discursiva contemporânea, que também nos atravessa, mas com a qual temos uma indigestão. Explicamos: embora haja um reposicionamento discursivo dos enunciados que colocavam a homossexualidade como patologia, como doença, como anormalidade, os discursos inclusivos de nossa época não põem em xeque a fabricação histórica que, desde a passagem do século XIX para o século XX, na esteira do saber-poder médico, inserem os corpos num regime político normativo heterossexual (FOUCAULT, 2001; BUTLER, 2003), naturalizando-os. Assim, toda a alteridade lida a partir da homossexualidade tem de ser aceita, tolerada, respeitada, só que dentro do inabalável e natural *script* da heteronorma.

Em nosso tempo, ninguém ousa questionar a Inclusão e os Discursos da Diversidade. Todos, ao que parece, somos do lado dos cidadãos do bem: acolhedores e reconhecedores do direito do Outro a “ser diferente”, pois “ser diferente é normal”⁸. Quem não está deste lado - dos que discursam uma sociedade inclusiva – recebem rechaço social e, embora seus dizeres excludentes sejam tomados como inconcebíveis

⁷ Juntamente com os filósofos da Virada Linguística, tal como Foucault, Derrida e Deleuze, por exemplo, entendemos Discurso (inclusive o discurso fílmico) como prática, como aquilo capaz de instaurar o real e constituir subjetividades, ou seja, modos de Ser, o que constrói a formação de Sujeitos.

⁸ Sobre as problematizações de enunciados como este, tão propagados no discurso publicitário inclusivo, ver a dissertação de Juslaine Nogueira Wiacek: “Fora do ar, o devir-outro. E, na mídia, a (d)eficiência em cena em mais um programa para normalizar a diferença” (2004).

UNESPAR/FAP - Curitiba/PR

ISSN 2317-8930

em “pleno século XXI”, as práticas discriminatórias, violentas e de morte continuam explodindo nos corpos abjetos, como num bombardeio advindo de um inimigo que não se sabe muito bem onde está. Neste sentido, a Inclusão da alteridade tem sido colocada, nas sociedades ocidentais contemporâneas, como um grande imperativo (VEIGANETO e LOPES, 2013) e toda a rede discursiva que a faz funcionar inunda diuturna e reiteradamente a nossa cultura audiovisual, como se não houvesse outro dizer possível ou como se o discurso de celebração da Inclusão do Outro – que toma uma dada ideia de respeito/tolerância como a chave-mestra para a solução dos conflitos culturais – fosse a melhor, a inquestionável e a única alternativa discursiva diante de históricas exclusões e preconceitos sofridos pela alteridade que é, em síntese, desde a Modernidade, os mesmos Outros, ou seja, os sujeitos que escaparam à Norma da branquidade, da masculinidade, da adulez, da heterossexualidade, da ocidentalidade, da urbanidade, do corpo ouvinte, são, produtivo, moralmente adequado, racional, burguês.

Em suma, a questão colocada a nós, neste percurso do Documentário, formula-se no sentido de como encontrar-se com Diadorim, escutá-la e representá-la (pois sempre é disso que trata o cinema documental: um discurso de representação e não de descrição de um real *a priori*) como alteridade em devir, sem tentar apagar todo o vestígio de seu corpo estranho? Como, enfim, encontrar-se com Diadorim não como um personagem de um filme-porta-bandeira do Outro a ser romantizado, incluído, aceito, respeitado, tolerado? Levantamos essas perguntas e nos movimentamos a partir da ideia de cinema de experimentação, argumentado por Comolli em *Ver e Poder* (2008), porque suspeitamos que é justamente a partir da compulsoriedade de Inclusão dos corpos desviantes que Diadorim foi psiquiatrizada desde sua entrada no espaço escolar. Em tempos de reclames inclusivos, Diadorim não poderia ser excluída da escola sob a alegação de que seu corpo não corresponde à Normalidade. Todavia, seu corpo esbofeteia o sistema normativo de sexo-gênero-desejo, o sistema naturalizado que lê os corpos no esquema que estabelece, por exemplo, a seguinte Norma: ter vagina é, automaticamente, igual a ser mulher, que é igual a ter uma instintiva e biológica conduta

UNESPAR/FAP - Curitiba/PR

ISSN 2317-8930

feminina que deseja, naturalmente, homens. Esta é a Normalidade afrontada. Todavia, por um lado, se sobre o caráter construído desta normalidade não há desconfiança, como se esta normalidade fosse um dado da natureza fora da Linguagem, para além da Linguagem, por outro lado, o desvio da Normalidade escancarado no corpo de Diadorim não pode ser deixado de lado. Sobre este corpo inadequado perpetuam-se as regulações, os julgamentos, o escárnio e, agora, a obrigatoriedade de ser incluído. Diadorim grita sua inclusão excludente. Diadorim expõe, indócil e agressivamente, seu abandono, que é feito de discriminações de toda ordem: de classe social, de gênero, de raça, impressas em violações e violências físicas e morais. Diadorim, frisamos, não pode ser expulsa assim, à luz do dia. Como, então, diante de uma alteridade insuportável, processar seu pertencimento à Normalidade? Como, em tempos de Discurso da Diversidade, garantir a sua inclusão na aldeia global, na “escola para todos”? Psiquiatrizar os corpos, laudá-los como um cérebro em desordem, necessitados de ajuda médica e jurídica, necessitados de um diagnóstico (e, inclusive, necessitados de medicação), parece ser uma das grandes estratégias dentro da racionalidade neoliberal para realizar a Inclusão - essa grande finalidade das sociedades contemporâneas -, capturando a alteridade em novas formas de normalização - essa grande finalidade desde as sociedades modernas.

Inclusão e normalização dos corpos: viver é muito perigoso...

No percurso de pesquisa que ampara a construção do documentário, percebemos que na escola/sociedade contemporânea, há, pois, um gesto que tem nos ficado demasiadamente fácil: marcar feito-gado, nos corpos infantis, o discurso reinante da psiquiatria⁹. Reinante porque posto, soberanamente, como “o científico”. Um soberano

⁹ Opta-se pelo termo reinante tanto para qualificar discurso, quanto para adjetivar uma dada corrente da psiquiatria que, paulatinamente, a partir dos anos 1980, especialmente com a publicação do DSM III (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), tem se colocado como reinante em nossa época. Trata-se de uma corrente psiquiátrica biológica, voltada a descrever um dado funcionamento orgânico/neurológico como condicionante dos fenômenos humanos. Desse modo, esta psiquiatria vai tomar todos os sofrimentos psíquicos como quadros neuropsicopatológicos e estes como transtornos mentais. Esta vertente psiquiátrica, é importante frisar, constitui-se porque filia-se fortemente à

que, em nosso tempo, não tiraniza para fazer morrer, mas reina em nome da vida, reina em nome do “direito” a pertencer a um molde vida, ainda que tal projeto tente carnificinizar a possibilidade outra de um modo de vida. Reina também porque é ele próprio um discurso manhoso, birrento: não aceita opositores e bate o pé dizendo sempre, não importa a argumentação, de que é ele quem manda, é ele quem fala em nome da Verdade e da Vida. E assim, na sua manha, traduz-se como a explicação e a reparação (medicalizante) aos males, inquietudes, devaneios, birras, vícios, teimosias e oposições das crianças, pois tais condutas, afinal, não pertenceriam às responsabilidades educativas diante dos que chegam ao mundo (ARENDDT, 2011), mas seriam sinais de um cérebro em desordem. Nessa estratégia, o discurso da psiquiatria vive e reina pelo nosso século, amém. E faz reinar, entre nós, as classificações médico-psiquiátricas que têm nos permitido nomear as condutas infantis como transtornos mentais e, em nosso também reinante discurso de proteção à infância para torná-la cidadã-incluída, remediamos-a.

Tornar difícil este gesto que tem ficado tão simples, que é discursivizar as condutas das crianças, a partir de sua escolarização, como um caso neuropsiquiátrico é o que buscou a pesquisa citada e na qual faz assento um dos argumentos da produção do documentário que estamos apresentando. A aposta é que a psiquiatrização, no encontro com o dispositivo da sexualidade, reassenta o regime da normalização na escola e funciona como uma estratégia a serviço das tecnologias de governo da infância na racionalidade neoliberal, uma vez que a psiquiatrização dos corpos engendra um tipo de regulação das condutas infantis que possibilita melhor abarcar a população das crianças numa política identitária de sujeito de direito. É nesta condição – como sujeito de direito – que os corpos infantis poderão participar, inclusive, dos processos de neurofarmacologização e, assim, normalizarem-se para fazer funcionar a Inclusão. O

neurologia e à farmacologia e, assim, consolida como verdade à nossa época uma determinada forma de entender e tratar os fenômenos psíquicos em sofrimento como desordem orgânica, desconsiderando-se relações intersubjetivas, sociais e históricas, forma esta que tem resultado numa estreitada aliança, para lá de produtiva, com a indústria e o mercado farmacêuticos.

UNESPAR/FAP - Curitiba/PR

ISSN 2317-8930

dispositivo pedagógico psiquiatrizante, paradoxalmente, ao anormalizar, é o que permite garantir a ação das biopolíticas inclusivas, pois atua na captura da diferença, orquestrando o reajuste dos corpos e os reinserindo em novas normalidades. Em outras palavras, o dispositivo pedagógico psiquiatrizante é o que garante, via escola, na lógica das biopolíticas neoliberais, uma boa parte dos processos de inclusão, uma vez que permite abocanhar as subjetividades que habitam as franjas da inclusão, especialmente aquelas que têm escapado do já estabilizado, decifrável e bem montado *script* das classificações e da heteronorma.

Através da história de Diadorim percebemos que há uma descontinuidade histórica nodal: a preocupação com a conduta sinalizadora da insubmissão (e todo o seu potencial de risco) desemboca, agora, também no abarcamento das crianças até então nominadas como “normais”, fazendo aparecer a personagem-criança-transtornada e colocando os corpos infantis como um problema também do campo da doença mental. Além disso, tal deslocamento que reposiciona a verborragia sobre a criança anormal, ao transformá-la numa população observável, esquadrinhável e passível de alguma medida de correção, tem promovido práticas de governo¹⁰ que acirram a aliança do saber-poder pedagógico com o saber-poder psi e biomédico, por meio das quais se promove inúmeros exercícios de poder que têm impulsinado, sobretudo, muitas das biopolíticas inclusivas de nosso tempo.

Diante desta reflexão, não podemos compactuar com uma construção discursiva que se constitua em mero eco de uma celebração do Outro que, nos discursos inclusivos da contemporaneidade, não são mais do que a tentativa de eclipsar a alteridade intoleravelmente ameaçadora à Normalidade, o que significa traduzir o Outro em

¹⁰ O termo governo, na acepção foucaultiana, indica um deslocamento na questão do exercício político, isto é, do exercício do poder no interior da nossa Modernidade que passa a presenciar uma gestão não mais priorizada no corpo individualizado (poder disciplinar), mas uma gestão pensada sobre o corpo populacional e sua relação com a ideia de segurança (biopoder). Para tanto, o governo não consistirá em “ações assumidas ou executadas por um *staff* que ocupa uma posição central no Estado, mas são ações distribuídas microscopicamente pelo tecido social” (VEIGA-NETO, 2002, p.21).

UNESPAR/FAP - Curitiba/PR

ISSN 2317-8930

Próximo, ou seja, num algo conhecido, categorizável, classificável e legível ao conforto de nossos paradigmas.

Em outras palavras, nosso desafio consiste em estarmos atentas à construção de um processo criativo fílmico-documental que assuma, na radicalidade - indigesta, difícil e demorada - a estranheza da alteridade, sem querê-la familiar, sem domesticá-la, sem a pretensão de querer torná-la mais palatável, coerente e harmônica. Sabemos que capturadas que somos também pelos discursos de inclusão de nosso tempo, pela aura tolerante de sermos do lado da cidadania inclusiva, legitimado como o único lugar de questionamento da exclusão, a tarefa é perigosa.

O Documentário como discurso de alteridade

Através da pesquisa nos prontuários, tínhamos o endereço de Diadorim. Tínhamos a intuição de que o cinema poderia ter uma potência de visibilidade e dizibilidade outra de Diadorim, aquele corpo cujas narrativas transbordadas em inúmeros relatórios, requerimentos, processos e laudos de seu prontuário num Centro de Avaliação e Educação Especializada constituíam um dossiê científico, verdadeiro e, obviamente, bem intencionado de políticas públicas em Educação, Saúde e Direito. Neste dossiê, o corpo de Diadorim vinham orbitado pelo discurso de proteção à infância e juventude, discursos estes paulatinamente edificados e institucionalizados no interior dos estados nacionais modernos.

Batemos na casa de Diadorim. Fomos convidadas a entrar. Encontramos um/uma jovem espremida/do no canto de uma cama, esperando o que viemos lhe dizer. Oferecemos o que poderíamos oferecer naquele momento e esse isso era muito pouco e era também a única coisa que tínhamos: nós e um desejo. Nesta absoluta franqueza, apresentamo-nos como estudantes e professora de uma Faculdade de Artes (conhecida na região, mas que Diadorim nem fazia ideia de existência) e de que queríamos fazer um filme com ela/ele porque tínhamos entrado em contato com parte de sua história numa investigação sobre crianças que foram medicalizadas. Dissemos também algo,

UNESPAR/FAP - Curitiba/PR

ISSN 2317-8930

para nós, muito importante: que somente estávamos ali porque não acreditávamos em tanta medicalização da vida. Dito isto, o encontro abriu-se ao suspenso. Não havia roteiro a ser proposto, nem tampouco imposto. Diadorim ficou, então, com nosso nervosismo e a nossa ansiedade, típicos dos encontros desejados, mas que, a partir da primeira vez, não sabe-se que rumos terão. Ficamos à espera de Diadorim que disse: “Ah! Pensei que fosse o ‘*conse*!’”. Não, nossa visita ali não era do Conselho Tutelar e percebemos que, porque não éramos do Conselho, houve a abertura para recebermo-nos. Talvez esperássemos sua hesitação, uma resposta arisca, o contato resabiado, mas, a partir daquele momento, Diadorim e sua mãe nos acolheram. Uma entrega recíproca, autêntica e de confiança marcou-nos.

Este gesto de acolhimento de Diadorim e sua mãe nos convoca a uma responsabilidade imensurável: um filme, tecido neste encontro, precisa, antes, destecer. Isto significa que tínhamos (e temos) de, dia após dia, encontro após encontro, estarmos atentas aos emaranhados retóricos sob os quais possamos cair na tentação de construir olhares de assimilação e de normalização sobre a alteridade.

Pois bem, as políticas de inclusão que se dissipam no nosso tempo constituem-se em dispositivos articuladores de um conjunto de discursos que, entendemos, pretendem justificar mais investidas de normalização. Em geral, a cultura audiovisual de nosso tempo abocanha a alteridade por novos mecanismos que insistem em tentar o desaparecimento do que esta tem de Outro, fabricando processos no qual se injeta uma (sutil e aspirada) mesmização, a fim de eliminar o que a diferença do Outro traz de perturbadora, de desestabilizadora.

Neste emaranhado, compreendemos o Cinema como um dos mais interpeladores dispositivos pedagógicos de nossa época, tomando este conceito – dispositivo pedagógico – tal como o situa Larrosa (1994), isto é, como qualquer espaço em que se promova a constituição ou a transformação de uma experiência de si e de como se experiencia o outro, ou, dito de outro modo, qualquer lugar em que o sujeito aprende ou reconfigura as relações que estabelece com o outro, a partir das relações que estabeleceu

UNESPAR/FAP - Curitiba/PR

ISSN 2317-8930

consigo mesmo. Isto quer dizer que o Cinema funciona como poderoso mecanismo subjetivador que constrói a experiência do mundo que as pessoas têm, processo este que acaba por ser constitutivo de um si mesmo.

Por isso, não podemos falar da representação da alteridade no Cinema separada das análises do poder, o que implica pensar não se a alteridade está excluída ou incluída, mas o porquê dessa localização ou a que interessa esta determinada localização. A resposta parece fundamentalmente estar ligada ao benefício de quem olha: a normalidade. Em geral, temos, nos produtos audiovisuais os mais diversos, bem como também no Cinema, uma representação

[..] em que o espaço do outro não parece ser senão aquele que constitui o nosso ser-hóspede (isto é, a hospitalidade e a hostilidade) do outro. Por isso, a periferia da mesmidade não parece ser senão o centro sempre desejado pela alteridade. Por isso, a inclusão na mesmidade não parece ser outra coisa senão o gozo eterno da alteridade. O outro como hóspede; o centro da mesmidade; o gozo incluyente para a alteridade. (SKLIAR, 2003, p.71)

Nesta problematização desponta o horizonte da Política, Poética e Filosofia da Diferença, na qual se localiza a perspectiva de Gilles Deleuze e Jacques Derrida para pensar, juntamente com Comolli (2008), o cinema como devir, ou seja, um cinema que assume o inesperado no encontro com a alteridade.

Em Derrida (1991) está a proposição de uma metafísica da diferença, questionando os pressupostos do pensamento binário no qual a dicotomia se constitui num dos meios de enrijecimento dos significados, fazendo um contraponto à herança saussuriana que diz que o ente é aquilo que não é. Desconstruindo essa posição meramente da negação e esse movimento relacional de pura reação, a filosofia derridiana focaliza uma visão não essencialista da identidade, argumentando que seu interior é fraturado. Aí salta o conceito de diferença que diz que o Outro não é puramente a negação de um Eu, numa significação fixa e solidificada, mas que o processo de diferimento é fluido e interminável.

UNESPAR/FAP - Curitiba/PR

ISSN 2317-8930

Também a Filosofia da Diferença de Gilles Deleuze esgarça a supremacia do Mesmo. Portanto, uma diferença que não tem nada a ver com a diferença pasteurizada, com a diferença que é apenas a pura negação do idêntico. Em Deleuze, “a diferença não pede tolerância, respeito ou boa-vontade. A diferença, desrespeitosamente, simplesmente difere” (SILVA, 2002, p.66). Num movimento deleuziano, a ideia de diferença sai da esfera das oposições, por isso não pode ser reduzida ao conceito de identidade, em que se equivalem diferença e diferente. A diferença não é o diferente, o que, para nós, significa dizer que a alteridade não é um outro de nós mesmos. A diferença/alteridade está sempre em estado de experimentação, sempre criando um devir. E sempre em fluxos intensivos, incontrolláveis, intermináveis, trazendo potências que expressam, que interrogam, que assustam.

Pensamos que trazer, ainda que num apressado esboço, a Filosofia da Diferença de Deleuze, seja - diante dos dispositivos de captura da alteridade, diante das diferentes investidas de normalização – apostar nas singularidades que resistem à cooptação, nas multiplicidades que escapam das incorporações unitárias, nos processos da diferença que são como “linhas de fuga” dos mecanismos de congelada significação e objetivação, cavando sempre novos e insuspeitos desvios, dando lugar a novas experimentações da vida. “Não necessariamente [anunciando] a possibilidade do novo, mas [procurando] viver as situações e dentro dessas situações vividas produzir a possibilidade do novo” (GALLO, 2003, p.171). A Filosofia da Diferença convoca sempre a necessidade de se pensar de outro modo, porque bota confiança na potência de devires. “Não há síntese, mediação ou reconciliação na diferença, mas, ao contrário, uma obstinação na diferenciação” (DELEUZE, 2000, p.135). Assim, gestam-se o pensamento dissidente e os acontecimentos de resistência à existência que se quer por demais maciça, “molar”, enrijecida, apertada, sedentária. Por isso, Deleuze fala das “singularidades” moleculares, nômades, moventes.

Considerando o documentário como espaço privilegiado e sinuoso de representação e figuração da alteridade, entendemos que o seu processo de realização

UNESPAR/FAP - Curitiba/PR

ISSN 2317-8930

nos impõe limites nesse poder do “ver”. A questão de como filmar o Outro está sempre presente quando se pensa a realização de um documentário. Quando surgiu a ideia ou até necessidade de se pensar e se planejar esse *doc*, a principal questão foi essa: como realizar esse exercício da escuta e do próprio diálogo autenticamente, sem os mesmos olhares colonizadores já tão consolidados nas instituições que permeiam a vida de Diadorim, ou seja, de que maneira trazer à tona a história e a memória desse corpo, sem reproduzir as narrativas já construídas sobre ele? Aliás, foi esse o motivo mesmo que nos levou a esse processo, ou seja, a desconstrução dessas verdades já consolidadas.

Nesse processo existe uma dualidade. Ao mesmo tempo em que o documentário sofre de um apelo de espetacularização, que aprisiona o sujeito filmado, ou seja, rouba a sua própria imagem, ele também é uma experiência dialógica que proporciona uma troca de subjetividades, ou seja, é um espaço em que um sujeito, através do objeto câmera, se defronta efetivamente com o Outro, o ser registrado. Estes sujeitos, que se atingem através do diálogo, podem tecer a criação de um espaço de dizibilidade mais autêntico, ou seja, mais livre das amarras dos dizeres institucionalizados e dos controles e regulações do discurso dos espaços da clínica, dos centros de avaliação, da escola, do fórum. Neste sentido é que o documentário insere-se no devir, uma vez que a relação dialógica que o envolve pode produzir uma transformação ingovernável filmante/filmado.

Entendemos que o documentário, dentro dessa sinuosidade que é o audiovisual, como uma ferramenta midiática de poder, emerge levando em conta aquilo que sobra desse mundo, dessa sociedade do espetáculo. Em outras palavras, o documentário encontra e traz à tona esses resíduos, essa parte intratável ou até intragável, ressurgindo, assim, como um meio de resistência, não externa às relações de poder, mas uma resistência entranhada no tecido social.

REFERÊNCIAS

UNESPAR/FAP - Curitiba/PR

ISSN 2317-8930

ARENDDT, Hanna. A crise na educação. In: _____. **Entre o passado e o futuro**. 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COMOLLI, Jean-Louis. **Ver e Poder: a inocência perdida: cinema, televisão, ficção, documentário**. Seleção e organização César Guimarães; Ruben Caixeta. Tradução Augustin de Tugny, Oswaldo Teixeira, Ruben Caixeta. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2000.

_____; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Aurélio Guerra Neto. V. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DERRIDA, Jacques. **Margens da filosofia**. São Paulo: Papirus, 1991.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. V. 1. 14 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

GALLO, Sílvio. **Deleuze & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GUIMARÃES ROSA, João. **Grande Sertão: Veredas**. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e Educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 1994, p.35-86.

SILVA, Tadeu Tomaz. Identidade e diferença: impertinências. **Educação e Sociedade**, ago. 2002, v. 23, n.79, p.65-66.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença – e se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas do governo. In: _____.; RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda (Orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 13-34.



UNESPAR/FAP - Curitiba/PR

ISSN 2317-8930

_____; LOPES, Maura Corcini. Rebatimentos: a inclusão como dominação do outro pelo mesmo. In: MUCHAIL, Salma Tannus; FONSECA, Márcio Alves; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). **O mesmo e o outro: 50 anos de História da Loucura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

WIACEK, Juslaine de Fátima Nogueira. **Fora do Ar, o Devir-Outro**. E, na mídia, a (d)eficiência em cena em mais um programa para normalizar a diferença. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Estadual de Maringá. Maringá: UEM, 2004.